

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 – Cascais, 1987)

Filho de Eduardo Joaquim Brazão (1851-1925) e de M^a José da Silva Reis Brazão, nasceu em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1907. O pai, cujas *Memórias* compilou e publicou (1925), foi casado, em primeiras núpcias, com a célebre atriz Rosa Damasceno (1849-1904) e era considerado o maior actor do seu tempo, alcançando relevante prestígio social. A sua casa era frequentada pelos mais conhecidos dramaturgos e artistas da época, ambiente em que cresceu o jovem Eduardo. Procurando afastá-lo do mundo do teatro, a mãe enviou-o para o Colégio de La Guardia, onde se tinham refugiado os jesuítas, expulsos novamente de Portugal com a implantação da República. Regressou a Lisboa para fazer o exame do 7^o Ano do Liceu e, a conselho de Lino Neto, acabou por optar pelo curso de Direito. No seu primeiro ano, como aluno voluntário, ficou deslumbrado pelas lições de Paulo Merêa. Considerou-se seu discípulo, sentindo-se cada vez mais atraído pela História. Receosa de que as distrações da capital o desviassem dos estudos, a mãe enviou-o, no seu 2^o Ano, para a Universidade de Coimbra, onde se albergou numa república de rapazes católicos. Em Lisboa, frequentava a boémia literária, escrevia para os jornais e compôs um livro de poemas – *Maria do Mar* (1928) – com ilustrações de Arlindo Vicente. Conviveu com intelectuais e artistas das mais variadas inclinações políticas, de João Ameal ou Alfredo Pimenta a Almada Negreiros e Álvaro Cunhal. Monárquico, foi um entusiasta partidário do Integralismo Lusitano, seguiu Maurras na sua orientação e Sardinha na propaganda nacionalista, vibrou com Sidónio e entusiasmou-se com D. Duarte (*Memorial...*, 1976, pp. 178 e 308, 309).

Findo o curso, casou, teve três filhos e abriu escritório de advogado na Rua Nova da Trindade. Enquanto se preparava para o concurso ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que demorou oito anos a abrir, ia escrevendo dissertações sobre as matérias previstas no programa. Entusiasmado com o trabalho, publicou a *História Diplomática de Portugal* (1932, 1933), que mais não era senão os dois primeiros volumes dos seus apontamentos. Mais tarde reconheceu os erros cometidos nesta sua primeira obra de carácter histórico, que merecera acutilante crítica por parte de Alfredo Pimenta. As restantes notas foram saindo em artigos de revistas e jornais: *Portugal no Congresso de Utrecht* (1934), *A questão colonial portuguesa na segunda metade do século XIX* (1935), *O Conde de Tarouca em Londres* (1936), *D. João V e a Santa Sé* (1937), *Recepção de uma Rainha* (1937), *O Casamento de D. João V* (1937). Acabou por editar um resumo intitulado *Relance da História Diplomática de Portugal* (1940).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Convencido da impossibilidade de se estudar a história política sem o seu enquadramento internacional, propôs a criação de um curso prático de História Diplomática, mas o assunto foi mal visto pelos professores da Faculdade de Letras, pelo que a sua proposta se resumiu a uma série de conferências, com início a 26 de Abril de 1934. Nessa altura, chegou a requerer o doutoramento em História, tanto na Universidade de Lisboa como na de Coimbra, o que lhe foi recusado (*Memorial*, p. 185). Data também dessa época uma carta aberta (27 de Fevereiro de 1934) aos ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Instrução (Salazar, Caeiro da Matta e Sousa Pinto) sobre a urgência em organizar um arquivo diplomático que reunisse o vasto património documental que se encontrava disperso por vários depósitos. Sugeria, também, a criação de uma biblioteca de estudos internacionais e a publicação de um boletim ou revista diplomática. Mais tarde, foi com agrado que constatou a iniciativa de Virgínia Rau no desenvolvimento de uma linha de investigação em História Diplomática, no Centro de História da Universidade de Lisboa.

A sua entrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros não foi fácil. O concurso abriu, finalmente, em 1939, mas consideraram-no como tendo «um feitiço polémico, pouco próprio para a Diplomacia» (*Memorial*, p. 192). Reprovou, assim como voltou a não ser admitido no concurso de 1941. Obteve, então, uma bolsa do Instituto para a Alta Cultura, a fim de ir trabalhar no Arquivo Secreto do Vaticano. Logo realizou uma compilação – a *Colecção de concordatas estabelecidas entre a Santa Sé e Portugal de 1238 a 1940*. Precedida por uma breve Introdução, analisando a evolução do conceito de *concordata* à luz do direito internacional, o autor reunia a versão portuguesa dos textos, enquadrando-os no seu tempo através de pequenos estudos introdutórios e notas explicativas. Estava dado o mote para a direcção que seguiu ao longo de toda a sua vida, conciliando a diplomacia com o desenvolvimento da investigação histórica, de tal maneira que as duas passaram a fazer parte integrante de si. «Fui, afinal, diplomata e historiador. Talvez melhor, historiador e diplomata», diria no *Memorial de D. Quixote*, escrito logo que terminou a sua carreira (p. 165).

Foram precisos três concursos para que entrasse, finalmente, na carreira diplomática (11 de Outubro de 1941). Teixeira de Sampaio, que começara por o detestar, acabou por aceitá-lo. Brazão chegou mesmo a colaborar com ele na revisão das cartas do Pe António Vieira, provenientes do Arquivo Cadaval, tendo conseguido que a revista *Ocidente* as publicasse. Foi durante esses três anos de Ministério que conheceu pessoalmente Salazar. Tinha por ele uma profunda admiração embora, à medida que o tempo passava, tenha acabado por se afligir «de o ver continuar, depois do momento em que devia sair em glória» (*Memorial*, p. 309). Ainda a guerra não tinha acabado, foi como 2º Secretário para a Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, com ordens expressas do Secretário-geral para que não o deixassem mexer em velhos documentos. Era preciso que se preparasse para ser diplomata (*Memorial*, p. 217). Na Europa de 1945, quase tudo estava em ruínas. Em Itália pouco havia para comprar, a não ser livros, verdadeiras preciosidades bibliográficas, que enriqueceram a valiosa biblioteca que foi reunindo ao longo da vida. Seguiu-se Madrid e depois Hong-Kong. Aí se deparou com uma comunidade numerosa, cerca de 5.000 descendentes dos primeiros portugueses estabelecidos na China, que tinham atravessado os difíceis



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tempos da guerra sem qualquer apoio do governo português. A sua maior preocupação foi retomar as linhas perdidas da comunidade portuguesa, começando pelos factores aglutinadores do sentimento nacional - a língua e a cultura – ao mesmo tempo que aprofundava a colaboração com os ingleses e com os chineses. Nas vésperas da sua despedida, a imprensa local e o Governador de Hong-Kong teceram-lhe os mais rasgados elogios. Foi grande a sua desilusão, ao regressar a Lisboa depois de cinco anos de lutas e de um péssimo clima, não ter recebido nenhuma palavra de apreço pelo seu «portuguesismo que não esmorecera com a distância» (*Memorial*, p. 243).

Depois de ser Encarregado de Negócios em Dublin (1951-55) e já aprovado no concurso para Conselheiro, foi convidado por Paulo Cunha para ocupar a chefia do Protocolo de Estado (28 de Setembro de 1955). Essas funções não o entusiasmaram. Nas suas memórias dirá que no escasso ano em que as desempenhou foi «realmente surpreendido com o espectáculo da vaidade humana. Era ainda mais reles do que eu imaginava!» (*Memorial*, p. 271). A viagem de Estado de Craveiro Lopes à Guiné e Cabo Verde, que acompanhou por inerência das suas responsabilidades protocolares, pareceu-lhe interminável, mas já da visita oficial do Presidente da República a Londres (25 a 28 de Outubro de 1955) guardou uma bela recordação. Foi também um momento oportuno para dar à estampa mais um trabalho, intitulado *Uma velha Aliança*, evocando a estrutura da amizade luso-britânica através dos textos oficiais que foram unindo os dois países, desde o tratado de comércio de 1353 até ao acordo relativo ao uso de facilidades nos Açores, de 17 de Agosto de 1943. Marcello Caetano, então Ministro da Presidência, desejou vê-lo Secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, cargo que desempenhou por um breve período (6 de Fevereiro de 1956 a 9 de Janeiro de 1958) e que não lhe agradou. Apesar de tentar arejar o Palácio Foz, libertando peças de teatro proibidas, a política activa não o seduzia. «Desejava intimamente sair daquele vespeiro para onde entrara inadvertidamente, sem máscara e sem luvas» (*Memorial*, p. 90).

Escapou-se logo que possível, nomeado Ministro de 1ª classe, com credenciais de embaixador, para ir ocupar em Roma o posto que a morte de António Ferro deixara vago. Esse salto na carreira não caiu bem entre os seus pares. Acabou por penar dez anos, antes de obter a sua promoção plena a Embaixador e sentiu como um castigo a nomeação para o Canadá (20 de Dezembro de 1962). Mas acabou por apreciar esse país onde o desconhecimento de Portugal era manifesto. Num momento internacionalmente muito difícil, com o início da guerra no Ultramar, concebeu um ambicioso plano de conferências nas Universidades de Toronto, Québec, Montreal, S. João da Terra Nova e Vancouver, para divulgação da obra da expansão portuguesa. Os seus esforços foram coroados com a inauguração de uma estátua de Gaspar Corte Real (1965) e a atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* em Direito. A sua tese sobre a prioridade portuguesa na descoberta da Terra Nova contrariava a versão oficial canadiana, que atribuía o feito ao veneziano Giovanni Caboto, ao serviço de Henrique VIII de Inglaterra. Editada em francês pela Universidade de Montreal, com o título *La découverte de Terre Neuve*, mereceu referências críticas muito elogiosas do jornal *Le Droit* (Ottawa, 18 de Agosto de 1964), tendo as Universidades de S. João da Terra Nova e de Montreal iniciado, sem quaisquer encargos para Portugal, estudos de história marítima portuguesa. Com Os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Descobrimientos portugueses nas Histórias do Canadá (1969) procurou mostrar os erros e os motivos prováveis das omissões ou deturpações dos historiadores canadianos (9 de língua francesa e 14 de expressão inglesa). Estranhamente, a obra não despertou interesse no seu país. Seguiu-se Bruxelas e o Grão-Ducado do Luxemburgo, nomeado a 25 de Janeiro de 1967. Na Bélgica, forçada à descolonização do Congo, Portugal não era bem visto. Escreveu, então, uma obra de esclarecimento sobre a profunda ligação multissecular entre Portugal e a Flandres: *Présence du Portugal en Belgique*.

Passados menos de dois anos, será novamente nomeado para Roma, desta vez a Santa Sé, agora Embaixador no pleno sentido da palavra. As relações entre Portugal e a Cúria romana atingiram, nessa época, quase a ruptura. A audiência que Paulo VI concedeu, a 1 de Julho de 1970, aos chefes dos Movimentos Nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné, foi muito mal vista pelo governo português. Eduardo Brazão teve ordens para protestar de imediato. Considerou ter sido, esse, o acto mais doloroso de toda a sua carreira. Datam deste período os seus trabalhos sobre as relações de Portugal com a Santa Sé, publicados em sete volumes pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, reunindo numerosos documentos dos fundos arquivísticos da missão diplomática portuguesa no Vaticano. A obra, que foi saindo fora da ordem cronológica, cobre os pontificados de Pio VI, Pio VII, Gregório XVI e Pio IX: da Revolução Francesa a Napoleão (1790-1803 e 1803-1805), o reconhecimento de D. Miguel (1831), o ano dramático de 1848, a queda de Roma (1870).

Ao longo dos anos, as tendências políticas da juventude tinham-se moderado. Continuava a ser monárquico mas «via agora na Grã-Bretanha o exemplo ideal duma Monarquia dos nossos tempos». Chegou mesmo a admitir uma Democracia, «que pudesse levar ao poder uma direita moderada». O mal fundamental, para o historiador-diplomata, «foi o de ter-se perdido a noção verdadeira de uma sociedade cristã» (*Memorial*, p. 311 e 313). Colega e amigo desde os bancos universitários de Marcello Caetano, teve a maior esperança no seu governo. Foi grande a sua desilusão. A revolução de 25 de Abril de 1974 surpreendeu-o em plenos preparativos para deixar Roma, acabando por passar à situação de «aposentado por conveniência de serviço» no ano seguinte. Em 1983, já serenados os ânimos, o reconhecimento pela sua obra manifestava-se na nomeação para integrar a Comissão Directiva da Biblioteca Diplomática, organismo responsável pela preparação do respectivo programa editorial, presidido por Calvet de Magalhães.

«Nunca procurei honras para mim, apenas benefícios para Portugal», dizia Eduardo Brazão, para quem a diplomacia não era um «turismo de luxo», bem pelo contrário, entendia a actividade diplomática como «uma das mais importantes funções que entre nós se podem desempenhar, dada a necessidade cada vez maior, do entendimento e convívio com os outros». No seu pedido de passagem à disponibilidade, afirmava que sempre tinha procurado acompanhar a acção política por um «desenvolvido e sério esclarecimento histórico e cultural», com a clara noção de que não é possível entender-se o Portugal de hoje «sem aprofundar e divulgar o seu passado, a sua obra, as suas características imutáveis, produto de uma vida



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

longa, bem definida». Para os pequenos países, a acção cultural das embaixadas seria o «único processo não só de os valorizar, quando eles têm um passado rico em experiências, mas, sobretudo, de os tornar compreensíveis nos dias conturbados que estamos a viver». A lista das suas obras testemunha a missão historiográfica que empreendeu como parte integrante das funções diplomáticas, com sentido de serviço e em coerência com as circunstâncias de uma carreira que o levou praticamente a todos os continentes. Em cada um deles encontrou a presença da diáspora portuguesa ligada ao destino nacional. Não podia apagar-se a memória de um passado comum para a continuação e fortalecimento desses laços no futuro. Foi esse o sentido que Eduardo Brazão deu aos seus numerosos trabalhos, procurando, com eles, superar a «desconsoladora amnésia sobre os reais valores que vão passando» («Prefácio», *Estudos Históricos*, 1984). Uma incasável recolha de fontes nos arquivos estrangeiros deu origem a numerosas publicações sobre a História Diplomática portuguesa, ao mesmo tempo que os seus relatórios - *A França em Abril de 1944*, *A Internacionalização da Santa Sé* ou *Os portugueses em Hong Kong* - revelavam uma arguta observação sobre a realidade contemporânea, que veio a trazer-lhe alguns dissabores, nomeadamente no caso da monografia *Portugal e a Inglaterra na China* (1947), apresentada para concurso de Conselheiros e Cônsules Gerais. O pedido para publicação foi recusado, não tanto pelas opiniões políticas sobre o reconhecimento do governo de Mao Tse Tung, mas sobretudo porque os censores do texto consideraram que ele tinha subjacente a ideia «de que não soubemos realizar em Macau a obra colonizadora que ali iniciámos» (AHMNE, *Processo individual nº 94*, Relatório, 1 de Julho de 1952).

Eduardo Brazão não perdia ocasiões para divulgar a História de Portugal, aproveitando os pretextos fornecidos pela comemoração de datas históricas. Ainda antes de entrar na carreira, o duplo centenário da nacionalidade portuguesa tinha-o levado a um trabalho sobre a acção diplomática de Portugal durante a Restauração. Era uma forma de chamar a atenção sobre um outro tipo de herói, o diplomata, e um outro tipo de guerras, as da inteligência, «mais brilhantes, sem dúvida, que as travadas entre os exércitos» e uma oportunidade, também, para destacar os trabalhos de Edgar Prestage, «para quem Portugal tem uma grande dívida, ainda em aberto» (*A Restauração*, 1939, p. 11). Escreveu *Em demanda do Cataio* (1954) para que no ano do sétimo centenário do nascimento de Marco Pólo também a voz de Portugal se fizesse ouvir, lembrando a viagem de Bento de Góis à China. No ano de centenário do casamento de D. Luís e D. Maria Pia de Sabóia (6 de Outubro de 1862) publicou *L'unificazione italiana vista dai diplomatici portoghesi*, contendo os relatórios dos diplomatas portugueses, de 1848 a 1870. A obra, editada pelo *Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano*, foi considerada «un'opera di rilevantissima importanza, senza la qual la storia di quel fondamentale período della nostra formazione nazionale non sarebbe stata completa» (*Il Tempo*, 21 de Novembro de 1962).

Eduardo Brazão explorou arquivos estrangeiros, leu milhares de documentos, completou informações que outros tinham deixado em aberto, corrigiu juízos baseados em suposições infundadas e depois de muitos anos de uma análise rigorosa, de acordo com os princípios da escola metódica francesa, tinha a clara noção de que «não basta compilar factos documentados, é necessário também interpretá-los à luz da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

vida» (*A diplomacia portuguesa...*, vol.I, p. 12). Interessava-lhe encontrar o testemunho, o documento, a prova irrefutável para, no fim, chegar à conclusão de que a tarefa do historiador era também perceber o que se evitou deixar no papel. Não desejava uma História apologética, embora não tenha conseguido evitar que o seu imenso sentido patriótico o guiasse na leitura do passado do seu país. O trabalho que mais o realizou foi, sem dúvida, *As Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V* (2 vols., 1938), a ponto de ter chegado a considerá-lo o seu «primeiro livro». Aí reuniu vários artigos entretanto publicados, dando os primeiros passos para uma futura «grande História Diplomática de Portugal profusamente documentada». Era uma ideia fixa que embatia face a um manancial inesgotável de fontes inéditas que era preciso ler, seleccionar «e extrair delas a História ou apresentando-as na íntegra quando constituíssem pela sua importância elementos indispensáveis para o conhecimento dos factos» (*Reinado de D. João V*, 1938, p. 10). A missão do historiador estava na recolha dos elementos que possibilitassem pensar «na acção dos nossos homens de comando nessas épocas» e tirar «de tudo uma lição». Era uma concepção pragmática muito criticada pelo movimento historiográfico dos *Annales*, que contrapunham a integração da história no conjunto das ciências sociais.

O desempenho das funções diplomáticas granjeou-lhe diversas condecorações em ordens honoríficas nacionais e estrangeiras. Os seus trabalhos historiográficos valeram-lhe a admissão como sócio correspondente na Academia Portuguesa da História (1938). Vinte anos depois, elevava-se a efectivo e, em 1975, foi eleito 2º vice-presidente, integrando a primeira direcção presidida por Joaquim Veríssimo Serrão. Foi, também, académico da Real Academia da História de Madrid, administrador do Instituto Português de Santo António, em Roma, e membro de muitas outras instituições e comissões. Nas suas memórias, foi muito crítico para as academias, lamentando que se tivessem transformado «em cenáculos onde se pratica em alta escala o elogio mútuo...para os seus componentes se debicarem cá fora» (*Memorial*, p. 335).

Quando regressou definitivamente a Portugal, da valiosíssima biblioteca que foi reunindo ao longo da vida, já pouco restava. Um grande roubo, em Roma, e as terríveis cheias de 1967, em Loures, tinham levado ou irremediavelmente danificado livros, móveis, quadros, preciosidades diversas, reunidas ao longo de toda uma vida. Contudo, o leilão daquilo que restou dá bem conta dos seus interesses culturais. Entre livros raros, verdadeiras preciosidades de bibliófilo, e publicações mais recentes, avultam os títulos de História Diplomática e os clássicos da diplomacia, biografias, crónicas e memórias, cartas e relatos de viagens, leituras direccionadas para uma actividade de investigação, sem grandes preocupações teóricas, antes procurando todas as informações possíveis sobre a diáspora portuguesa. Em todos os locais por onde passou no desempenho das suas funções diplomáticas, foi um incansável devorador de arquivos, colhendo tudo o que pudesse encontrar relativo à História de Portugal e procurando não perder oportunidades propícias ao enaltecimento da memória dos heróis pátrios. Um nacionalismo romântico, muito do agrado das autoridades do Estado Novo, que teve o mérito de chamar a atenção para a história da política externa e da diplomacia, assuntos até então bastante menos estudados do que as questões de história militar. Planeava escrever uma grande História Diplomática de Portugal, mas com o

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

desaparecimento de uma parte importante dos seus livros, fichas e fotocópias de documentos, um trabalho de anos, faltou-lhe o ânimo. Mesmo assim, ainda reuniu os elementos que ao longo do tempo tinha parceladamente divulgado, dando a lume uma obra intitulada *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII* (1979), como que uma nova edição de trabalhos dispersos e há muito esgotados, juntando-lhe informações entretanto colhidas ao longo das suas missões no estrangeiro. Deixou as suas memórias no *Memorial de D. Quixote* (1976), escrito com tranquilidade, elegância e muito sentido de humor. Morreu em Cascais, a 7 de Dezembro de 1987.

Bibliografia activa: *História diplomática de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Livraria Rodrigues, 1932-1933; *Relações externas de Portugal: reinado de D. João V*, 2 Vols., Porto, Livraria Civilização, 1938; *A Restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Bertrand, [1939]; *Relance da história diplomática de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940; *Collecção de Concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, Lisboa, Livraria Bertrand, [1941]; *Em demanda do Cataio: a viagem de Bento de Goes à China (1603-1607)*, [Lisboa], Agência Geral do Ultramar, 1954; *Uma velha aliança*, [Lisboa], [s.n.], 1955; *Os Descobrimentos marítimos portugueses nas histórias do Canadá*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969; *Présence du Portugal en Belgique : de Philippe d' Alsace à Léopold 1er*, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1970; *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé...*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1969-1974; *Portugal e a Santa Sé*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976; *A Diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, 2 vols, Lisboa, Editorial Resistência, 1979-1980; *Memorial de D. Quixote*, Coimbra, Coimbra Editora, 1976.

Bibliografia passiva: Arquivo Histórico do MNE, *Processo individual 94*, I e II; *Anuário Diplomático e Consular Português*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972 e 1973; Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Assentos de Eduardo Brazão e sua família; *Importante Biblioteca Eduardo Brasão*, 2 Vols., Catálogo de Leiria e Nascimento, 1998; Academia Portuguesa da História, *Boletim*, nº 13-15, 21, 25, 26-31, 33, 41, 43, 44, 46; «Brasão, Eduardo [Joaquim]» e «Brasão, Eduardo», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. I, Lisboa, Rio de Janeiro, 1936-60, pp. 51-52; NOGUEIRA, Alberto Franco, *Elogio do Embaixador Eduardo Brazão*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1991

Ana Maria Leal de Faria